



### - Balanço dos Últimos 3 Anos -

Senhoras e Senhores Agricultores,

Senhoras e Senhores convidados,

Caros amigos e amigas,

Cabe-me a mim a tarefa, em nome da Direcção da CNA, de apresentar o balanço aos três anos passados, desde o V Congresso. O que não é fácil, porque estes três últimos anos foram particularmente difíceis.

A CNA e as associadas nunca puderam sossegar porque as políticas agrícolas e de confronto com os agricultores do anterior Governo, através do Sr. Ministro da Agricultura, Eng.º Jaime Silva, fez-se sentir de tal forma que originou um grande descontentamento nos agricultores e naturalmente uma onda gigante de protestos através de várias acções de contestação das suas políticas.

Sublinhem-se só a título de exemplo as manifestações por ocasião da AgroVouga, em Aveiro que juntaram todos anos milhares de agricultores; as concentrações descentralizadas um pouco por todo o País, com entrega de cadernos de reclamações às autoridades; as marchas de tractores e máquinas agrícolas; as manifestações de produtores de leite e carne e produtores de arroz.

Acções que culminaram nas grandes manifestações no Porto, em conjunto com os nossos amigos galegos em 2007 e na grande

Manifestação Nacional promovida em Março de 2009, em Lisboa que contou com a presença de mais de 7000 agricultores de todo o País, numa imensa manifestação de exigência de outras políticas agro-rurais.

Já este ano, os Povos do Parque Nacional da Peneda-Gerês desceram à cidade de Braga numa Manifestação inédita em defesa dos seus direitos e reclamaram outras Políticas, que respeitem as pessoas e os usos e costumes uiridos durante séculos.

Foi essa acção firme e determinante de milhares de agricultores e agricultoras que permitiu a intensificação da luta e a contestação das políticas agrícolas erradas do anterior Governo. Pôs fim às políticas de confrontação e da prepotência. Contribuímos para a derrota da maioria absoluta e derrotamos o Eng.º Jaime Silva. Lutámos contra as injustiças e na defesa dos nossos sagrados direitos e interesses.

Apesar da luta que fomos forçados a travar, o anterior Governo deixou mesmo assim muitas, mesmo muitas, marcas negativas.

No que diz respeito ao PRODER, quando as expectativas de investimento na agricultura e de apoio à instalação de jovens era elevada, a verdade é que a montanha pariu um rato:

- Passou-se o ano de 2007 sem que fosse possível entregar uma única candidatura a projectos de investimento para modernização da nossa agricultura;

- Passou-se o ano de 2008 sem que fosse possível assinar um único contrato de projectos de investimento para modernização da nossa agricultura;

- Passou-se o ano de 2009 sem que fosse pago praticamente um euro de projectos de investimento, porque apenas foram pagos 0,01% do montante previsto de investimento, o que representa o mesmo que nada.

Na prática, podemos concluir que vivemos 5 anos, em que não só estivemos impedidos de beneficiar das ajudas comunitárias como ainda tivemos de apanhar com a propaganda governamental dos milhões, diariamente dirigida para a opinião pública com o objectivo de a colocar contra os agricultores e desvalorizar a luta e a contestação deste sector.

Simultaneamente, faltaram as verbas no Orçamento de Estado para a participação nacional nesses fundos comunitários, instalou-se a burocracia excessiva no PRODER e avançou-se com uma reforma no ministério da agricultura que conseguiu colocar aquilo que funcionava bem a funcionar mal e o que funcionava mal a funcionar ainda pior.

Ao nível do Orçamento de Estado, foram reduzidas as verbas para a agricultura, nestes três anos, em cerca de 10%, o que significa, se considerarmos a inflação acumulada, uma redução de cerca de 500 milhões de euros. No entanto, o sector agrícola, foi um dos que mais contribuiu ao longo da anterior legislatura para o equilíbrio do défice e que menos beneficiou das medidas de combate à crise nestes últimos anos.

Em plena crise energética, o Governo acabou com a ajuda à electricidade verde, com o argumento de que havia fraudes no recebimento da ajuda, sem que alguma vez tenha sido capaz de o provar.

Implementou a taxa de recursos hídricos, agravando também o preço da água de rega, quando podia ter adiado a sua aplicação.

Aumentou em 50% o custo das contribuições mensais para a Segurança Social.

O Governo desprezou a importância económica e social que a agricultura desempenha no país, que incorpora cerca de 10% da mão-de-obra activa em Portugal. Faltou o escoamento da produção nacional, enquanto as importações aumentaram, originando um agravamento preocupante da balança comercial nacional; baixaram violentamente os

preços na produção, enquanto os factores de produção atingiram preços especulativos, diminuindo assim, os rendimentos dos agricultores;

Aumentou a dependência alimentar de Portugal em relação ao estrangeiro, que tende para 4.000 milhões de euros por ano, a diferença contra o nosso país, entre o valor das importações e das exportações.

Perderam-se durante os últimos três anos cerca de 65.000 unidades de trabalho agrícola, o que representa mais de 60 empregos que de forma silenciosa se foram perdendo diariamente, sendo a pecuária um dos sectores mais afectados.

Continuamos sem cadastro florestal, instrumento fundamental de orientação e execução da política florestal; As ZIF's passaram de um sentimento de expectativa para um sentimento de marasmo; o PRODER ainda não chegou ao sector. Tudo isto é demasiado mau para um sector capaz de gerar riqueza e emprego no país em que ocupa 40% do território nacional.

No plano internacional, depois dos E.U.A. revelarem ao mundo a crise financeira motivada pelos empréstimos hipotecários de alto risco, os especuladores passaram a apontar os seus investimentos para as matérias primas agro-pecuárias e extractivas, motivados, no caso do trigo, milho e soja, pela grande aposta mundial nos agro-combustíveis como forma de combater as alterações climáticas. Assim, enquanto a especulação lançou os preços dos alimentos e da energia numa escalada vertiginosa até preços proibitivos.

Foi nesta altura que os agricultores viram as suas margens de lucro serem estagnadas pelo aumento dos factores de produção, nomeadamente, rações, gasóleo, electricidade, adubos e sementes, sem reflexo equivalente no preço de venda dos seus produtos.

No plano europeu, assistimos a todo o tipo de ataques e destruição dos vários instrumentos reguladores de mercado contidos na PAC –

Política Agrícola Comum, destacando-se aqui, a aprovação da reforma da OCM do vinho e a aprovação da reforma resultante do exame de saúde da PAC.

No que toca à primeira, o objectivo foi empurrar os vitivinicultores europeus para o abandono da actividade antes da liberalização do sector, ou seja, antes da entrega do negócio às grandes empresas, tudo em nome da competitividade.

No que à segunda diz respeito, para além de manter as injustiças na distribuição das verbas do orçamento comunitário entre os vários estados membros e entre a agricultura familiar e a industrializada veio prosseguir com o desligamento das ajudas na produção, apesar de estar por demais claro o impacto negativo no abandono da actividade trazido pelos desligamentos da reforma de 2003.

Por outro lado, esta nova reforma, veio dar o mote para a mais grave crise do sector leiteiro. Mais uma vez, seguiu-se o caminho das políticas da concentração da produção e da eliminação de milhares de pequenas e médias explorações.

Senhoras e Senhores Agricultores,

“Foi a nossa luta que derrotou Jaime Silva.

A nossa luta e a nossa razão hão-de derrotar estas más políticas agro-rurais que nos têm dado cabo da vida.

É por isso que se afirma neste VI Congresso da CNA e da Agricultura Portuguesa, que caso a situação não melhore para a agricultura familiar; Se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações; a CNA e filiadas, sempre com os agricultores, vão voltar à rua em acções de protesto e reclamação.

Temos assistido às diversas iniciativas em que, com pompa e circunstância, o Sr. Ministro da Agricultura tem distribuído chorudos

cheques de apoios comunitários. São os costumeiros apoios ao grande agro-negócio.

Para a agricultura familiar é que ainda não arranjou espaço na agenda, por exemplo, para pagar os apoios à agricultura de montanha, ou para pagar os projectos entretanto aprovados, ou para desbloquear a aprovação de pequenos projectos.

Promessas e boas intenções não enchem a barriga!

E é por isso que creio poder falar em nome de quantos aqui estão que este congresso, o VI Congresso da CNA é já um primeiro alerta para que o governo tome as medidas necessárias ao apoio à nossa agricultura familiar. Com esta força que aqui está, com esta determinação que daqui se vê, a Direcção Nacional da CNA e as Filiadas da Confederação ficam com a obrigação de avaliar a situação e decidir tais acções oportunamente, incluindo se necessário for, a realização de mais uma grande iniciativa nacional de protesto e reclamação à semelhança daquelas que temos feito em Lisboa e Porto.

Em Defesa da Produção Agrícola Nacional!

Vivam os Agricultores Portugueses!

José Lobato

(Membro da Direcção Nacional da CNA)